

Artigo original

Abordagem de gramática no ensino da língua portuguesa

Grammar Approach in Teaching Portuguese

Enfoque gramatical en la enseñanza del portugués

Maria Imaculada dos Santos Ramos^{1*}  

Citação: Ramos, M. I. dos S. (2025).
Abordagem de gramática no ensino
da língua portuguesa. *InterteXto*,
18, 01-12.
<https://doi.org/10.18554/it.v18i0.0.6839>

Editor: Juliana Bertucci Barbosa e
Priscila Marques Toneli

Recebido: 10 set. 2025

Aceito: 25 nov. 2025

Publicado: 30 dez. 2025

1. Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras de Caruaru.
Caruaru (PE), Brasil.

*Autor correspondente:
prof.1rosinha@gmail.com.

Resumo: Diante do desafio do ensino gramatical, o presente artigo pretende analisar e refletir sobre como se dá esse tipo de abordagem, com base nas reflexões e contribuições de Antunes, Bagno, Perini, Travaglia e os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. Para tanto, investigamos as concepções disseminadas e desenvolvidas em aulas de LP numa escola de Ensino Fundamental, bem como, as dificuldades que essa instituição enfrenta no dia a dia com relação aos preconceitos linguísticos, observando e refletindo sobre as concepções de ensino do professor e a percepção do aluno acerca desse processo.

Palavras-chave: Ensino. Gramática. Língua Portuguesa. Linguagem. Preconceitos Linguísticos.



Texto sobre copyright.



Abstract: Faced with the challenge of grammar teaching, this article aims to analyze and reflect on how this type of approach occurs, based on the reflections and contributions of Antunes, Bagno, Perini, Travaglia, and the National Curriculum Parameters for Portuguese Language. To this end, we investigated the conceptions disseminated and developed in Portuguese Language classes in a primary school, as well as the difficulties that this institution faces daily in relation to linguistic prejudices, observing and reflecting on the teacher's teaching conceptions and the student's perception of this process.

Keywords: Grammar. Language. Teaching. Portuguese Language. Linguistic Prejudices.

Resumen: Ante el desafío de la enseñanza de la gramática, este artículo busca analizar y reflexionar sobre cómo se desarrolla este tipo de enfoque, basándose en las reflexiones y contribuciones de Antunes, Bagno, Perini, Travaglia y los Parámetros Curriculares Nacionales de Lengua Portuguesa. Para ello, investigamos las concepciones difundidas y desarrolladas en las clases de lengua portuguesa en una escuela primaria, así como las dificultades que esta institución enfrenta a diario en relación con los prejuicios lingüísticos, observando y reflexionando sobre las concepciones

docentes del profesorado y la percepción del alumnado sobre este proceso.

Palabras clave: Enseñanza. Gramática. Lengua. Lengua portuguesa. Prejuicios lingüísticos.

1. Introdução

As aulas de língua portuguesa são repletas de desafios, de modo particular, no que se refere ao ensino da linguagem padrão. Visto que a norma culta, muitas vezes, se contrapõe a variação dominada pelos alunos, a coloquial, pode haver conflitos no seu ensino. A depender do modo como a língua padrão é apresentada ao aluno, é possível que este apresente resistência em aprendê-la, pois, em diversas situações de ensino do português, são impostas as regras regidas pela gramática, ocasionando um enfrentamento da língua coloquial (utilizada no dia a dia) versus língua padrão (modelo de prestígio escolar).

Diante disso, o presente artigo pretende refletir sobre esse processo nos anos finais do Ensino Fundamental, analisando o trabalho do professor e suas concepções e como esse processo é percebido pelo aluno. Assim, destaco dois objetivos presentes no Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN's) do ensino de língua portuguesa:

[...] Conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico; reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades (BRASIL, 1998, p. 32).

Portanto, surgem questionamentos que inquietam e são necessários, como: as aulas de língua portuguesa têm cumprido tais objetivos? Será que a variação linguística dos alunos é realmente valorizada? Como ocorrem essas aulas? E como é tratado o preconceito linguístico? Quais os objetivos que regem o ensino da linguagem padrão? No decorrer dos anos, as concepções que orientavam o ensino de gramática têm sofrido mudanças, novas teorias de ensino surgiram e tantas outras tornaram-se obsoletas. Discutir sobre as variedades linguísticas torna-se, dessa maneira, imprescindível, observando de que maneira essas concepções são disseminadas no âmbito do ensino da língua portuguesa.

Ainda de acordo com os objetivos dos PCN's (BRASIL, 1998), a disciplina de língua portuguesa deve possibilitar o conhecimento das variedades linguísticas, valorizando e reconhecendo a existência do seu uso e respeito aos seus falantes. Assim, a escola deve valorizar, isto é, levar em conta o modo como o aluno se comunica, e ao mesmo tempo garantir o ensino da norma-culta. Todavia, o que se observa do ensino de língua materna na escola básica é que uma variedade tem mais prestígio que a outra, reforçando preconceitos linguísticos acerca do vocabulário coloquial dos alunos.

Não obstante, é necessário partir do princípio de que a língua portuguesa é viva, e assim sendo está em constante transformação. Dessa maneira, a norma-culta se constitui como mais uma variação da língua, não sendo superior ou inferior às demais. Entretanto, é inegável a importância do seu ensino no âmbito escolar, tendo em vista os diversos contextos em que a gramática formal se faz necessária. Diante disso, como exposto por Antunes (2014, p. 25), o ensino das regras gramaticais deve partir da interação, sendo contextualizada com a língua em uso através de textos:

Na concepção da linguagem como interação, a gramática não se constitui sozinha, ou separadamente das atividades verbais realizadas por seus falantes. São todos os usuários – em suas trocas linguísticas cotidianas – que vão criando e consolidando o

que, nos diferentes grupos, vai funcionando como “normas”, quer dizer, como uso regular, habitual, costumeiro.

Diante dessa compreensão, o presente estudo investiga como a variedade linguística dos alunos é trabalhada na escola e se ela se contrapõe a variante padrão do português. Ainda, busca-se averiguar as concepções que regem o ensino da língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e de que modo estas são percebidas pelos alunos nessa etapa.

2. Referencial teórico

Nas últimas décadas tem-se discutido sobre o ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa. Refletindo sobre sua abordagem, os equívocos e consequências ao processo de aprendizagem do aluno, surgiram novas concepções acerca do seu ensino, reconhecendo-se que “uma língua é constituída por muito mais do que simplesmente uma gramática” (ANTUNES, 2014, p. 25). Assim, aquela que antes, no ensino tradicionalista, era o foco, agora é percebida como mais uma variação, que necessita ser contextualizada, pois “é na interação, é no cruzamento de todas as nossas ações verbais que a gramática vai se internalizando e se consolidando, a ponto de se estabelecer como algo constitutivo do saber linguístico de todo falante” (*ibid.*).

Os objetivos do ensino de língua materna presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais norteiam essas aulas e criticam o tradicionalismo, destacando que “a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o consequente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão” (BRASIL, 1998, p. 18) revelam o quanto ainda são arcaicas as concepções de língua e de variação. Tendo a norma culta como parâmetro linguístico, a linguagem coloquial do aluno torna-se equivocada, sendo necessário corrigi-la e padronizá-la. Acerca disso, Bagno (2007, p. 71) defende que “o processo de normatização, ou padronização, retira a língua de sua realidade social, complexa e dinâmica, para transformá-la num objeto externo aos falantes, numa com “vida própria”, (supostamente) independente dos seres humanos que falam, escutam, escrevem, leem e interagem por meio dela”.

Respalgadas nessa visão, as aulas de língua portuguesa têm, muitas vezes, se restringido a análise linguística, em que os alunos devem classificar frases e exemplos descontextualizados. Nesse processo de ensino-aprendizagem, é cobrado que eles tenham o domínio das normas que regem essa variação, as quais, muitas vezes, são de difícil entendimento, restando decorá-las. Quando trabalhado desse modo tradicional, o ensino da língua portuguesa costuma gerar desinteresse no aluno, que costuma aprender melhor por meio de uma abordagem dinâmica, contextualizada e prazerosa.

Segundo Perini (2000, p. 11), a desconsideração da variedade linguística dos alunos nas aulas de gramática faz com que eles sintam que não dominam a língua materna, apesar de se comunicarem por meio dela, desconhecendo que sua variação possui regras que a regem, visto que “raras pessoas se atrevem a dizer que conhecem a língua”. Na sala de aula, a discrepância entre as variedades linguísticas é frequentemente percebida, permanecendo ainda a crença de que uma variante possui mais prestígio que a outra, por exemplo, que a oralidade dos falantes que residem nas zonas urbanas é melhor que a daqueles que residem no contexto rural.

Indo contra essa visão, Antunes (2014, p. 74) defende que “a partir de textos, a análise da norma culta deve ser respaldada por uma visão flexível linguística, visão aberta à aceitação de variações, de mudanças, sem, portanto, aquela rigidez de conferir aos padrões a perenidade que eles não têm nem podem ter”. Destacando o respeito e a necessidade de reconhecer que eles trazem conhecimentos prévios que devem ser desenvolvidos e aprimorados.

Nesse contexto, se faz necessário refletir sobre os preconceitos linguísticos presentes e estimulados no dia a dia da escola. No ambiente escolar, com a imposição da linguagem padrão em

detrimento da coloquial, o aluno acaba internalizando o domínio da primeira como a garantia do falar corretamente e, portanto, que o falar da classe dominante é melhor do que as demais variedades. Por outro lado, se a escola pode perpetuar tal compreensão, também pode atuar para rompê-la. Em outras palavras, a escola também pode favorecer a reflexão acerca dos preconceitos em torno do ensino-aprendizagem da língua portuguesa, em especial, a gramática.

Dessa maneira, Bagno (2017, p. 158) assinala que “temos que lutar, sim, é para permitir o convívio tranquilo e tolerante entre as muitas formas de se dizer a mesma coisa, reconhecendo nelas uma riqueza da nossa língua e, por conseguinte, da nossa cultura e da nossa vida pessoal”. Resgatando a autoestima do aluno, levando-o a perceber que sabe português e que pode aprender a variação padrão e suas normas, porém, sem abdicar da sua linguagem.

3. Métodos

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), pois priorizou a análise e compreensão de um fenômeno educacional específico, o qual não poderia ser observado somente a partir de dados quantitativos. Teve como lócus uma escola pública do município de São Caitano, Pernambuco, a qual atende alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais residem em localidades periféricas da zona urbana e alunos da zona rural. Os sujeitos da pesquisa foram 92 alunos, distribuídos em três turmas de 6º ano, bem como, seus respectivos professores de língua portuguesa. O instrumento de pesquisa consistiu em um questionário, realizado com todos os participantes da pesquisa, aplicando-se perguntas específicas para cada grupo.

A escolha pelos sujeitos da pesquisa se deu em face da ruptura e adequação que os alunos de 6º ano vivenciam ao avançarem para os anos finais do Ensino Fundamental, distanciando-se do modelo de ensino geralmente vivenciado nos anos iniciais dessa etapa. Cabe ressaltar que a maioria apresenta dificuldade em compreensão textual, não são fluentes na leitura, além de não dominarem a sintaxe e terem dificuldades com a produção textual. Suas percepções e relatos foram de total importância para compreendermos o processo de ensino da língua padrão.

4. Análise e resultados

Análise dos achados com as professoras

A abordagem com as professoras se deu por meio de um questionário direto e objetivo com perguntas abertas, em que participaram três professoras: duas formadas em língua portuguesa e uma em história. O levantamento de dados com os alunos ocorreu em dois momentos: no primeiro, se deu como um diálogo informal, no qual se pôde perceber as impressões que eles tinham sobre a língua portuguesa e o seu ensino, e posteriormente através de um questionário com seis perguntas, sendo quatro com opções e duas discursivas. As indagações eram claras e com uma linguagem de fácil entendimento, o que possibilitou respostas satisfatórias e de grande importância para compreensão das percepções de ambos os envolvidos na dualidade das variações em sala, ou seja, analisar as concepções que regem as aulas de língua portuguesa e que são disseminadas aos alunos, assim como a visão que eles têm desse processo.

A gramática é dos componentes de que se constitui uma língua. Um dos componentes, bem entendido. Não é o único nem o mais importante. Forma, com o léxico, a matéria que se concretiza em produções verbais, que, são, na verdade, ações verbais. Tem

fundamental importância. É necessária. Mas, o exercício da atividade verbal requer muito mais do que o concurso da gramática (ANTUNES, 2014, p. 24).

Portanto, é inegável a importância do estudo da norma padrão e de sua estrutura nas aulas de língua portuguesa, sem, porém, negligenciar as demais variações. Para percebermos como esse processo ocorre no âmbito escolar, iniciamos com a seguinte pergunta:

Pesquisadora: *Quais as principais dificuldades no ensino da língua padrão em contrapartida a língua coloquial que o aluno traz?*

Para maior compreensão, será utilizada a letra P [professor] enumerada. Vimos que P1 e P2 destacaram o erro cometido pelo aluno tanto na oralidade como na escrita, porém, divergiram na abordagem da língua padrão, pois uma tem o seu trabalho voltado para o uso dessa linguagem na oralidade, a outra na escrita. P3 chama atenção para o fato de que muitos alunos, após concluírem o Ensino Médio, são analfabetos funcionais e/ou não dominam o falar e o escrever corretamente [trecho retirado da resposta da professora].

Diante disso, podemos apreender que, para esses professores, a norma padrão é “senhora quase absoluta”, como assinala Perini (2000). Ademais, a partir de suas falas, é possível perceber que para esses sujeitos, as demais variedades linguísticas são inferiores à norma-culta. Conforme já discutido, essa compreensão distancia a língua portuguesa do aluno, gerando nele o desinteresse em aprender suas formalidades. Com o objetivo de dar mais ênfase a discussão, e de perceber a concepção das professoras sobre os preconceitos linguísticos possivelmente vivenciados em sala de aula, a pergunta a seguir indagava:

Pesquisadora: *Como se dá o trabalho com as duas variações (coloquial e padrão) nas aulas de língua portuguesa?*

As respostas de P1 e P2 se contradisseram, pois em relação à pergunta anterior demonstraram trabalhar com termos classificatórios, mas diante dessa indagação defenderam o respeito à língua do aluno e ainda a concepção de que a gramática é importante para vestibulares e concursos, negando, assim, a importância da oralidade. P3 mostrou-se coerente, reconhecendo a existência das variações e usando o conceito de adequação. Assim, após essa análise, reconhecemos a importância de uma troca de termos: *erro* por *adequado* ou *inadequado*, visto que não podemos ser propagadores dos preconceitos linguísticos, mas temos que perceber o nosso papel enquanto educador, valorizando e reconhecendo a existência da diversidade linguística. Assim, defende Bagno (2007, p. 61):

[...] na perspectiva das ciências da linguagem, não existe erro na língua. Se a língua é entendida como um sistema de sons e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana, toda e qualquer manifestação linguística cumpre a sua função plenamente.

Diante dessas primeiras percepções, nos questionamos: o que é “certo” ou “errado” na língua oralizada? Os usos desses termos criam nos alunos a percepção de que eles pouco ou nada sabem da língua materna? Seus pais e os grupos sociais dos quais eles fazem parte, não sabem falar? Como abordar tais conceitos na aula de língua portuguesa? Essas inquietações nos fazem refletir sobre a necessidade de repensar a prática docente, visto que os alunos não são seres vazios que quando inseridos no ambiente escolar serão preenchidos com todo conhecimento, mas ao adentrar o espaço escolar trazem em si conhecimentos, e no que se refere à língua portuguesa não é diferente, por isso, sendo mais adequado partir dos seus conhecimentos prévios. Corroboramos, assim, com o pensamento de Perini (2000, p. 13), que afirma que:

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E veremos que esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado a língua.

Essa compreensão vai de contra as percepções arcaicas acerca da educação, de acordo com as quais o professor era o detentor do conhecimento, enquanto os alunos eram meros receptores, os quais estavam em sala de aula para serem preenchidos. Em detrimento de tal pensamento, novas concepções dão conta de que a sala de aula é um ambiente de interação, de troca, sendo o professor mediador desse processo, capaz de despertar em seus alunos o desejo pela aprendizagem, a curiosidade pelo desconhecido, o prazer pela leitura e produção, e a autonomia. Para que esses objetivos sejam alcançados, como defende o autor acima, a linguagem do aluno deve ser entendida como uma variação, que possui suas próprias regras, com a qual ele se comunica de modo satisfatório e a partir da qual ele deve aprender as demais variações. Diante desse entendimento, realizamos a seguinte indicação:

Pesquisadora: *Como vocês [professoras] analisam a variedade linguística do aluno?*

P1 e P2 afirmaram que se tratava de uma linguagem pobre, cheia de erros. P3, por outro lado, reconhece a fala como um processo espontâneo em que o aluno faz uso da variação coloquial. Para refletirmos sobre esses pensamentos, é necessário pensarmos que “ora, a língua não se manifesta nem em uma palavra solta nem em frases isoladas e descontextualizadas. Toda e qualquer manifestação da linguagem, falada ou escrita, é necessariamente, invariavelmente um texto” (BAGNO, 2007, p. 66). Ainda, os PCN’s (Brasil, 1998, p. 26) defendem que:

A língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído a diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferior ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais devem ser enfrentados. Na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de respeito à diferença.

A negação dessa realidade, de que a linguagem coloquial é uma variação da língua portuguesa, assim como a padrão, deturpa e rotula a língua utilizada pelos alunos. Como traz os referidos parâmetros curriculares, o Brasil apresenta uma grande extensão territorial, com grande diversidade cultural, sotaques e, conseqüentemente, variações. Diante disso, percebe-se a necessidade do reconhecimento e da valorização da diversidade linguística pelas professoras participantes da pesquisa, pois entende-se que o ambiente escolar é propício para reflexão e contraposição dos preconceitos existentes.

As professoras foram questionadas também quanto ao trabalho com as normas gramaticais, a partir da pergunta:

Pesquisadora: *Quais as principais dificuldades enfrentadas no ensino da variedade padrão?*

Todas as participantes destacaram a dificuldade dos alunos em dominarem essas regras, em abandonar seu uso da linguagem e adotar a língua padrão na oralidade e de aprender a falar e escrever

segundo suas regras. Diante disso, é possível perceber o quanto o professor ainda é propagador dos preconceitos linguísticos e do desejo de que o aluno abandone as variações linguísticas, para se submeterem à variação formal da língua portuguesa, cheia de regras gramaticais. Por isso, Antunes (2014, p. 28) assinala:

[...] ao professor cabe apenas corrigir, fazer correção e exercer com exímia competência sua função maior de leitor corretor. Nem sequer nos dispomos a rever o conceito de erro, de língua errada, a rever a consistência das normas prescritas; nem sequer nos damos ao trabalho de procurar entender o que é mesmo gramática. Confundimos, na maioria dos casos, normas ou regras com a descrição das classes de palavras, ou com a classificação dos tipos de orações e com a função dos termos constituintes dessas orações.

Partindo dessa compreensão, a referida autora nos leva a refletir sobre a prática e a percepção do trabalho com as normas gramaticais, seu estudo e quão mecânico seu ensino tem sido. Assim, ela continua: “não estamos orientados por uma concepção de linguagem enquanto atividade interativa, qualquer coisa pode ser dita; não importa a quem ou por quê” (*ibid.*). Deixando de fazer sentido o estudo da norma padrão, estando este descontextualizado.

Cabe salientar que o que se pretende com esta pesquisa não é criticar as práticas docentes, mas refletir sobre elas, visto que somos educadores e com o nosso aluno construímos o conhecimento. Tampouco, pretendemos negar a importância da gramática normativa. Em vez disso, importa defender uma nova abordagem, em que o falar dos alunos não seja motivo de exclusão ou de desprestígio social, mas respeitado como uma variação. Do mesmo modo, acreditamos que o aluno não precisa ter o domínio total das normas, entretanto, é imprescindível estudá-las, nos diversos gêneros textuais, ou seja, em uso, de maneira contextualizada, justificando seu estudo e ressaltando sua importância, pois é frequente a utilização da língua padrão em diversas situações sociais.

Concluímos, assim, o questionário com as professoras e suas respostas foram indispensáveis para compreendermos como é trabalhada a língua padrão e a coloquial em sala de aula. É necessário, pois, salientar que é um desafio tornar esse processo algo natural, reconhecendo as diversas variações e valorizando-as. Iniciaremos agora a análise com as respostas advindas dos questionários realizados com os alunos.

Análise dos achados com os alunos

No primeiro contato com os alunos, por intermédio de um diálogo informal, foi questionado como eles classificavam as aulas da língua portuguesa. A maioria dos alunos afirmou não gostar dessas aulas, justificando que são ‘chatas’. E quanto às regras gramaticais, uns as descreveram também como ‘chatas’, enquanto outros afirmaram que elas ‘ensinam a pessoa a ser alguém na vida’.

Assim, é imprescindível indagar sobre esse processo educacional em que o aluno parece refém, sendo impostas a ele leis que determinam o que ele pode ou não utilizar, que classificam a linguagem do ambiente social ao qual pertence, rotulando-o como um ser sem contribuições ou conhecimentos. Nesse cenário, o professor é a figura detentora do conhecimento, havendo, dessa maneira, uma retomada de percepções educacionais consideradas obsoletas. Vale, portanto, lembrar que a língua é viva e está em constante mudança, desse modo, seu estudo não deve ser algo isolado, nem tampouco justificado como pré-requisito para a ascensão social. Assim, cabe ao professor modificar esse paradigma, proporcionando ao aluno uma aprendizagem significativa da língua portuguesa.

O professor e pesquisador Marcos Bagno, no seu livro *Preconceito Linguístico* (2007), analisa oito mitos presentes na língua portuguesa. E o último vai contra a concepção que foi transmitida e

absorvida pelos alunos da escola campo, pois critica a visão de que: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Sobre esse pensamento, Bagno (*ibidem.*, p. 69) conclui que:

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso, como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade.

Dessa forma, enquanto professores de língua portuguesa, não devemos ser propagadores dos preconceitos linguísticos, mas levar nossos alunos a refletirem sobre a língua e suas variações, despertando neles o respeito às diferenças. Somos educadores, e apesar de não sermos os totais responsáveis pela formação dos cidadãos, temos a capacidade de influenciá-los. Para tanto, proponho perceber essa disciplina e abordá-la em sala como algo vivo, estando em constante transformação, em que neologismos surgem e outros termos caem em desuso.

Todavia, faremos isso sem negar a relevância dos estudos gramaticais, pois os alunos têm o direito de conhecer e de dominar essas normas, sendo capazes de usá-las quando assim desejarem ou for necessário, por exemplo, nas atividades escritas e orais da escola, em que esta for requerida. Portanto, é necessário dar ênfase a contextualização, ressignificando seu estudo, tornando-o atrativo aos alunos, isso só será possível quando a interação for a base do ensino, nos diversos gêneros textuais, na comunicação, ou seja, em uso. Tal como defende Antunes (2014, p. 24):

O trabalho pedagógico com a linguagem, portanto, não pode afastar-se dessas concepções e concentrar-se em atividades de mera identificação de categoria linguísticas, em atividades que, na prática, não tenham uma finalidade comunicativa específica, não tenham em vista um determinado interlocutor, inserido num certo contexto e, que, por isso mesmo, não se conformem a nenhum gênero, oral ou escrito, ou nenhum suporte. São atividades ocas, porque destituídas do que a linguagem tem de essencial: sua natureza interacional na produção e na circulação de sentidos e de intenções reciprocamente partilhados.

Quando questionados sobre as produções textuais e o incentivo à leitura, a maioria dos alunos participantes afirmou não ter um incentivo efetivo e poucas eram as produções realizadas. Diante disso, é indispensável repensar as aulas de língua materna, pois o estudo gramatical não ensina o aluno a ler ou mesmo escrever textos. Contudo, é necessário ressaltar que muitos alunos, especialmente aqueles que estudam em escolas públicas, adentram aos anos finais do Ensino Fundamental sem dominar a leitura, uns silabam ou decodificam e poucos compreendem o que leem. Portanto, a esses sujeitos deve ser ofertado um trabalho significativo de incentivo à leitura, sem restringir as seis aulas semanais de português ao estudo de regras, proporcionando a eles o contato com a leitura e a linguagem escrita a partir dos mais diversos gêneros, desde cordéis, gibis, contos, propaganda, jornais etc., pois só através do contato direto e prazeroso ocorrerá a formação de alunos que dominam a língua portuguesa em todos os seus aspectos e variações.

Entretanto, segundo Antunes (2014), a escrita é trabalhada em sala de maneira a desestimular os alunos, pois ocorre de improviso, sem planejamento, sendo revisada apenas a ortografia. A produção textual é uma ferramenta diagnóstica fundamental para a observação das construções sintáticas, do domínio da língua padrão ou não, da coerência, da concordância. Não se pode falar em aula de português se a língua não for trabalhada e estudada em sua totalidade. Os alunos não devem, necessariamente, dominar todas as classes, mas sua abordagem tem que ser dinâmica e provocadora.

No questionário aplicado com os alunos, havia uma indagação de como a norma padrão deveria ser trabalhada em sala de aula. A maioria não soube responder, porém, alguns alunos afirmaram que deveria ser explicada mais e com dinâmicas. Assim, podemos perceber que a abordagem dessa variante linguística ainda tem sido tradicionalista e desmotivadora. Como assegura Travaglia (2009, p. 101-102),

A maior parte do tempo das aulas é gasta no aprendizado e utilização dessa metalinguagem, que não avança, se insiste na repetição dos mesmos tópicos gramaticais: classificação de palavras e sua flexão, análise sintática do período simples de composto a que se acrescentam ainda noções de formação de palavras e regras de regência e concordância, bem como regras de acentuação e pontuação. Alguns professores ainda realizam estudos de linguagem e bem frequentemente de versificação. Como bem registra Neder (1992: 56), a gramática é dada “para se cumprir um programa previamente estabelecido sem se levar em conta dificuldades ou não dos alunos no emprego que fazem efetivamente da linguagem, nessa ou naquela ocasião, num processo de interação verbal”.

A outra pergunta presente na pesquisa foi se eles faziam uso da linguagem apresentada em sala de aula. Apenas onze afirmaram que não, os demais disseram que no cotidiano procuram fazer uso das normas gramaticais, mesmo que eles não as dominem completamente. Ainda, ao serem indagados sobre a importância do estudo, quatro alunos reconheceram essa importância e, ao justificarem suas posições, duas respostas chamaram atenção, foram elas:

Aluno 1: *“porque é importante, quando você estiver maior e for arrumar um trabalho, eles podem perguntar (...)”.*

Aluno 2: *“porque a gente fala errado na aula”.*

A funcionalidade de toda língua é o seu uso, e como já abordado anteriormente, muitos alunos ainda têm uma visão do domínio da língua como ascensão social e como modo de trocar de variação, sabendo que mesmos os profissionais que lecionam a língua portuguesa, os quais possuem maiores níveis acadêmicos, fazem uso da língua coloquial. Retomamos a necessidade de dialogar com nossos alunos acerca de tais equívocos que perpassam o estudo da língua materna. Valorizando a variação linguística deles, sem, contudo, desprezar a variedade padrão, atribuindo-lhe sentido. Diante disso, Antunes (2014, p. 61) defende que:

Não podemos deixar de frisar, portanto, que a prioridade máxima do professor de português é garantir o acesso de todos ao domínio da leitura e escrita. Consequentemente, a aprendizagem da gramática tem que ser contextualizada, em textos reais, e apoiada pela observação das funções comunicativas que são pretendidas nesses textos.

Para uma maior compreensão acerca do que foi discutido no estudo, destacamos no gráfico 1 os pronomes mais utilizados pelos alunos durante o questionário e conversas informais. É necessário ressaltar que a escolha dos pronomes ocorreu com base nesses momentos de conversa espontânea dos alunos com seus pares em sala de aula, observadas pela pesquisadora. Em tal ocasião, os alunos não sabiam que estavam sendo observados.

Gráfico 1 – Pronomes usados pelos alunos em conversas informais



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2025.

Na pesquisa foram investigados ainda termos que são usados com maior frequência no cotidiano, isto é, se os alunos faziam uso do *tu*, *a gente* ou do *você* em construções do tipo:

a gente vai,

nós vamos ou

nós vai.

As respostas mostraram que em primeiro lugar o *você*, em segundo o *a gente* e, por fim, o *tu*. Nas construções oracionais é mais usado o “*a gente vai*”, “*nós vai*” e por último “*nós vamos*”. Diante disso, percebermos que pronomes que não pertencem a linguagem padrão são usados com frequência, como o “*a gente*”, e que construções consideradas pela gramática erradas são usadas. Não dá para pensar que os nossos alunos deixaram de usar tais termos em detrimento dos que são estudados nas aulas, pois a língua é viva e não podemos nos esquecer que a regras surgiram com o objetivo de padronizar a escrita, e na fala alguns termos perderam o uso e sua funcionalidade e outros foram surgindo. Portanto, negar isso seria negar a vida da língua portuguesa. Acerca disso, Bagno (2007, p. 73) reflete que:

Enquanto a Gramática Tradicional tenta construir uma “língua” como uma entidade homogênea e estável, a Linguística reconhece a língua como uma realidade intrinsecamente heterogênea, variável, mutante, em estreito vínculo com a dinâmica social e multifacetada só pode apresentar uma língua igualmente dinâmica e multifacetada.

Salientamos a importância do ensino da gramática, porém, com uma nova abordagem. Refletindo sobre a língua, suas variações, os usos, provocando no aluno o desejo de conhecer mais sobre sua língua materna, mas sem a pretensão de formar professores de língua portuguesa que dominem todas as regras e que detenham as normas e as usem tanto na oralidade quanto na escrita. Proponho, no presente artigo, uma reflexão sobre a prática docente e o nosso papel enquanto educadores.

5. Conclusão

Diante das análises realizadas a partir dos achados da pesquisa, podemos perceber o quanto ainda é necessário refletir sobre o ensino de gramática, o trabalho com as variações e a imposição da linguagem padrão nas aulas de língua portuguesa. Foi possível também observarmos as concepções que regem essas aulas, e o quanto essas influenciam percepções equivocadas e preconceitos linguísticos por parte dos alunos, a exemplo: a ascensão social a partir do domínio da norma padrão. Como já foi reconhecido acima, a escola não pode ser uma instituição propagadora de preconceitos.

A sala de aula, de modo especial, as aulas de língua portuguesa, temática que foi abordada nesse artigo, deve ser um ambiente de descobertas de termos, classificações, da funcionalidade da língua e suas variações, não se restringindo, contudo, somente a isso, mas despertando no aluno o interesse e o prazer em seu estudo. Para tanto, o ensino de língua materna necessita ser contextualizado aos diversos aspectos – orais e escritos – de seu uso, partindo de diversos gêneros textuais e de conversações, justificando-se, assim, o seu ensino não apenas como uma disciplina, mas como uma língua viva.

Não obstante, ressaltamos a importância da gramática, esclarecendo apenas que essa deve ser concebida e, portanto, estudada como uma das diversas variações da língua portuguesa, fazendo-se indispensável sua contextualização e aplicabilidade em sala de aula, porém, sem propagar preconceitos linguísticos sobre as demais variedades. A língua é viva e está em constante transformação, frequentemente surgem neologismos e normas da gramática caem em desuso.

A partir dessa compreensão, ressaltamos a necessidade de repensarmos a prática docente e revermos os conceitos sobre ensino gramatical, como tem sido discutido por grandes autores que se propõem a refletir e apresentar novas percepções para esse enfrentamento: linguagem coloquial versus linguagem padrão. É necessário, pois, entender que o aluno traz conhecimentos linguísticos que precisam ser reconhecidos e valorizados e que a partir destes é possível fazer com que ele aprenda as regras da linguagem formal. Esse processo deve ser prazeroso e dinâmico. Nesse viés, concluímos com a reflexão de Antunes (2014, p. 24) sobre a língua e seu estudo:

Não existe língua que não esteja a serviço de sua comunicação de falantes; não existe língua que não seja serva de seus usuários, que exista em função de si mesma. Por sinal, toda língua é uma entidade eminentemente social, partilhada, compartilhada. Dependente de todo o traçado que fez a história passada de um novo e, ao mesmo tempo, sinalizante dos rumos que acontecem no presente ou que podem acontecer no futuro, como se fosse uma linha sem rupturas.

Portanto, através da pesquisa de campo descrita e analisada no presente artigo, percebemos que ainda existe uma visão tradicionalista que rege as aulas de língua materna, principalmente no que tange às concepções sobre variação linguística. A partir das respostas dos alunos, pudemos perceber que os preconceitos linguísticos estão presentes no ambiente escolar e são por ele disseminados, levando os alunos à concepção de que pouco sabem e que a disciplina de língua portuguesa é muito difícil e chata.

Tal percepção deve nos levar a refletir acerca do papel do professor de língua portuguesa em relação ao modo como ele aborda as diversas nuances da língua, sua contextualização, e a vivência dessas variantes em sala de aula. Em outras palavras, espera-se que esse docente apresente a linguagem formal em sala de aula, mas sem descaracterizar ou diminuir a linguagem informal falada pelos alunos.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2002.
- PERINI, Mário Alberto. **Sofrendo Gramática**. São Paulo: Ática, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2008.